

Texto de Betty Meggers - Pesquisadora Associada do Smithsonian Institution Coordenadora do Pronapaba (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica) SI/CNPq – 1977/1987.

Trabalho originalmente publicado na American Antiquity Journal of the Society for American Archeology – Volume 50, number 2, April 1985. Versão autorizada e revista pela autora. Tradução de Márcia Bezerra de Almeida. Posteriormente publicado no Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB - Série Catálogo – A Pesquisa do Passado nº 2 referente à exposição “Arqueologia e Arte Pré-histórica na Região Sudeste” – realizada na Fazenda do Capão do Bispo - Setembro de 1987

Desenvolvimento da Arqueologia Brasileira, 1935–1985: uma visão pessoal

Embora o Brasil ocupe quase a metade do continente sul-americano, até recentemente havia atraído pouca atenção por parte de arqueólogos nacionais e estrangeiros. Tal fato pode ser atribuído às características dos vestígios, visto não existirem construções de pedra, artefatos e ornamentos de metal ou material de tecido, madeira e osso de requintada elaboração. Por sua vez, exceto ao longo do Amazonas, a cerâmica não é conhecida por suas qualidades estéticas e, até mesmo lá, são escassos os vasos inteiros com decoração bem preservada. Os sambaquis existentes ao longo da costa sul apresentam-se espetaculares quanto ao tamanho, contudo, possuem restos de pouca complexidade. Outros tipos de sítios ocorrem predominantemente à superfície, contendo fragmentos de cerâmica ou lascas e pequenos instrumentos de pedra, sendo necessária, para a obtenção de significado cultural e cronológico de tais evidências, a aplicação de técnicas e habilidades especializadas, cuja introdução em 1965, revolucionou a Arqueologia Brasileira.

Uma visão do progresso durante os últimos 50 anos é fornecida pelo número de publicações por anos, arroladas em duas bibliografias gerais: o “Handbook of Latin American Studies” iniciado em 1935, pela “Divisão Hispânica, Biblioteca do Congresso dos EEUU”, ofereceu uma lista de artigos, cuja cobertura, no entanto, é restrita por dois fatores: 1) não disponibilidade de muitos trabalhos; 2) limitação de espaço.

Uma contagem de trabalhos de autores brasileiros por ano de publicação mostra a produtividade anual de 05 títulos ou menos, até 1955.

Entre 1956 e 1966, o total variou entre 05 e 08. Em 1967, houve um pronunciado crescimento. Em 1969, o total chegou a 43 trabalhos e em 1971, a 35. Apesar de algumas grandes oscilações, a produtividade permaneceu alta até o presente momento.

A mais completa bibliografia reunindo trabalhos de autores brasileiros foi publicada por Prous (1982) e nela evidencia-se o mesmo padrão. Em 1950, menos de dez trabalhos foram listados por ano. Entre 1950 e 1956, de 10 a 20 foram registrados durante a maior parte dos anos. Em 1966 houve um rápido crescimento, atingindo 69 trabalhos publicados em 1969, sendo alcançado um total de mais de 40 na maioria dos anos seguintes.

Esses padrões fornecem uma base para se reconhecer três períodos gerais na história da Arqueologia Brasileira durante as cinco décadas passadas. No Período de 1935 e 1955 continuam atividades isoladas e desenvolvidas predominantemente por amadores. O Período entre 1955 e 1965 é caracterizado por alguns programas de pesquisa e treinamento de longa duração que introduziram métodos científicos de escavação, análise e interpretação. O Período III, de 1965 até o presente, reflete a adoção e aplicação largamente disseminada desses métodos no Brasil.

Período 1: 1935 – 1955

Até 1950, as atividades arqueológicas não diferem significativamente daquelas que caracterizaram as décadas anteriores. Os focos de interesse eram também os mesmos. Os sambaquis continuaram a atrair a atenção de geólogos e paleontólogos, assim como também daqueles interessados em seu significado cultural. O arqueólogo argentino Antônio Serrano, torna-se conhecido por ter “modificado completamente a concepção dos problemas da Arqueologia no sul do país”, como uma consequência da visita a vários sítios e coleções no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, durante o ano de 1937. (Brochado 1969: 16) No Rio Grande do Sul o autor reconheceu cinco regiões arqueológicas, cada uma caracterizada por um tipo diferente de cultura. Da mesma forma estabeleceu desenvolvimentos locais em contextos

mais amplos, propondo relações com a região andina. Com referência específica aos sambaquis, diferenciou dois tipos: a) grupo “Arcaico”, exemplificado por sítios em São Paulo, distantes da costa atual e contendo faunas distintas; b) grupo “Sul”, incluindo o restante dos sítios, os quais contêm artefatos líticos e cerâmica de tipos também encontrados no interior.

Em Minas Gerais, H. V. Walter, vice-cônsul britânico em Belo Horizonte, empreendeu escavações em grutas e abrigos durante o início dos anos 30 na procura de ocupações mais antigas. Os resultados de seus primeiros quinze anos de investigação foram publicados em 1948. Um segundo volume surgiu em 1958. Entre seus antigos colaboradores encontrava-se Aníbal Mattos, que publicou um dos primeiros livros gerais de Pré-História Brasileira em 1938. Foi precedido por Angyone Costa, cuja “Introdução à Arqueologia Brasileira” foi publicada em 1934 e revisada em 1938.

Até 1948, a Arqueologia Amazônica era tema de trabalhos baseados em coleções de cerâmica da região de Santarém (Palmatory, 1939) e Marajó (Meggers, 1947) provenientes de museus: George Howard realizou um valioso esforço para estabelecer relacionamento e padrões em sua análise “Prehistoric Ceramic Styles of Lowland South-América” (1947). Outras comparações de alcance mais limitado foram propostas por Rouse (1940), Meggers (1947, 1948) e Palmatory (1939) e serviram principalmente para acentuar a necessidade de obtenção de dados mais relacionados a contextos cronológicos, antes que qualquer reconstituição válida pudesse ser feita. Conseqüentemente, ao nos depararmos com o problema de selecionar tópicos para nossas dissertações de doutorado, Clifford Evans e eu escolhemos a foz do Amazonas para o nosso trabalho de campo.

Chegamos ao Rio de Janeiro em julho de 1948, após uma viagem de três dias de Miami num DC-3. Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, uma dos poucos estudiosos que estivera em Marajó, nos autorizou a trabalhar sob o patrocínio do Museu, dando assim procedimento às formalidades legais. Em Belém, deparamo-nos com o famoso Museu Goeldi em péssimas condições. Seu declínio tivera início com o colapso do movimento de corrida à borracha e, por volta de 1948, mal conseguia se manter. Contudo, tivemos boa acolhida de seu diretor, Machado Coelho. Foi-nos oferecida uma casa desocupada, localizada dentro do terreno do próprio

Museu e que ao mesmo tempo servia como residência e laboratório durante a estação chuvosa. Simultaneamente aos contatos com proprietários das terras, mantivemos inúmeras conversas com Frederico Barata, jornalista interessado em Arqueologia e, particularmente, em Santarém. Suas publicações posteriores permanecem entre os poucos trabalhos proveitosos sobre cerâmica dessa região (Barata, 1950, 1951, 1953a, 1953b, 1954). Após acertarmos e conseguirmos a licença necessária dos proprietários de terras nos instalamos num barco a vapor que nos levou até Chaves na costa norte de Marajó. Durante os três meses seguintes, viajamos a cavalo, canoa, boi, barco à vela e a pé; armamos nossas redes em todo tipo de abrigos, mudando em média a cada três dias; comemos cutia, paca, jacaré, ovos de camaleão, muito peixe e farinha; acostumamo-nos a trabalhar arduamente até meio dia somente com um cafezinho pela madrugada; aprendemos a planejar nosso trabalho de acordo com a luz do dia e as alternâncias das marés. Retornamos à Belém pouco antes do Natal, com uma enorme quantidade de fragmentos cerâmicos de numerosos sítios da costa norte de Marajó, de Mexiana e Caviana, nenhum desses assemelhados à cerâmica até então denominada “Marajoara”.

Conseqüentemente, após o término da estação chuvosa em maio, passamos mais um mês fazendo levantamento e cortes estratigráficos nos tesos artificiais no centro de Marajó acompanhados por Paul Hilbert, um jovem etnólogo alemão que chegara à Belém durante nossos primeiros trabalhos de campo. Durante uma das escavações foi encontrado um grande vaso antropomórfico com decoração pintada, exposto no Museu Goeldi e que se tornou símbolo da Cultura Marajoara. No ano de 1975 constou como motivo de selo postal e, mais recentemente, foi reproduzido em camisetas e sacolas vendidas aos turistas, fato este que em 1949 jamais poderíamos imaginar que ocorresse.

Em seguida a nossa partida, Hilbert continuou o trabalho em Marajó, conduzindo pesquisas no Amapá e ao longo do médio Amazonas, sob o patrocínio do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, fundado por Barata e outros amadores locais em 1947. As condições no Museu Goeldi continuaram a piorar, mas o colapso total foi evitado em 1954 com a transferência de sua administração do Estado do Pará para uma subsidiária do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), sediada em Manaus.

Nossa monografia apresentando os resultados das investigações na foz do Amazonas saiu publicada no mesmo ano (Meggers e Evans, 1954).

Período 2: 1955 – 1965

Durante esta década a Arqueologia Brasileira deixa de ser passatempo de amadores constituindo-se numa atividade profissional. Para isso, muito valiosa foi a contribuição de José Loureiro Fernandes, Diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas na Universidade do Paraná. No começo de 1955 apoiou os trabalhos da equipe francesa nos sambaquis locais, realizados por José Emperaire e Anette Laming, que já haviam escavado sítios similares na costa de São Paulo (Laming e Emperaire, 1953). Após a morte acidental de Emperaire em 1957, Laming prosseguiu a pesquisa. Estudantes brasileiros participam do trabalho de campo e análise e muitos dos arqueólogos mais destacados da atualidade foram treinados por ela. Durante 1958 – 1959, Wesley Hurt professor visitante da Universidade do Paraná realizou trabalho de campo, mais uma vez com a participação de brasileiros. De julho a setembro de 1962, Laming ministrou um curso formal de métodos de campo e laboratórios focalizando os sambaquis. A isto seguiu-se, em outubro de 1964, a prática da análise de fragmentos de cerâmica e a construção de cronologias relativas, dirigidas por Meggers e Evans. Esta experiência nos permitiu apreciar a magnitude de engenhosidade, tenacidade e energia gastos por Fernandes para organizar e financiar esses programas e do significado de seus esforços. Estudantes de muitos estados aprenderam os mesmos métodos de campo e análise cuja subsequente aplicação deu à Arqueologia Brasileira uma unidade desconhecida em outros poucos países na América Latina. Igualmente importante foi a oportunidade de travarem conhecimento pessoal. Os participantes da prática da análise cerâmica em 1964 desenvolveram um senso especial de camaradagem durante o mês que viveram e trabalharam juntos no Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá, até hoje fundamental para o sucesso dos programas que resultam deste encontro.

Durante esta década, outros centros surgiram ou foram reativados. O Museu Paraense Emílio Goeldi reassume sua liderança na Arqueologia Amazônica em 1955, quando Peter Hilbert passa a integrar a equipe. A

primeira publicação na série de Antropologia do Boletim é um trabalho de sua autoria (Hilbert, 1957). Ao retornar à Alemanha, em 1961, seu lugar foi ocupado por Mário F. Simões, que reorganizou o acervo, ordenou os arquivos e deu início à coordenação dos trabalhos de campo. No Rio Grande do Sul, Pedro I. Shmitz começou seu trabalho em sítios cerâmicos sob o patrocínio do Instituto Anchietano de Pesquisas, instituição Jesuíta até então dedicada à Botânica, Zoologia e História. A primeira publicação na série Antropologia da série “Pesquisas” apareceria em 1957 e, em 1962 14 números já haviam sido publicados. Valentin Calderón, que estudara arqueologia na Espanha, juntou-se à Universidade Federal da Bahia e procedeu o inventário dos sítios daquele Estado. Walter F. Piazza achava-se organizando um arquivo semelhante em Santa Catarina. João Alfredo Rohr, diretor de um colégio jesuíta em Florianópolis, começou suas escavações em cemitérios indígenas na Ilha de Santa Catarina, vindo a publicar seus resultados no “Pesquisas”.

Outros programas de pesquisas foram iniciados sem o apoio de instituições acadêmicas. No Rio Grande do Sul, Eurico T. Miller dedicava-se a registrar e efetuar coletas superficiais em sítios arqueológicos nas proximidades de Taquara, sua cidade natal. Em 1961, ele escavou um abrigo rochoso e estabeleceu a primeira tipologia para pontas de projétil datadas entre 6.000 e 4.000 A.P. (Miller, 1969). No Rio de Janeiro, Ondemar Ferreira Dias Júnior adotou outro caminho. Em 1961, começou a colaborar com o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), recém-fundado por Claro Calazans Rodrigues, como um mecanismo para reunir pessoas interessadas em Arqueologia. Desde o começo existiam dois tipos de membros: 1) aqueles aceitos para tomar parte do trabalho de campo; 2) aqueles aceitos para assistir palestras e outras atividades realizadas nas dependências da instituição. Tal estrutura permitiu a crescente profissionalização do IAB nos anos seguintes.

Período 3: 1965 – 1985

A oportunidade de consolidar as bases iniciadas pelas pesquisas durante a década anterior veio em 1965, quando a Smithsonian e o CNPq assinaram um contrato de cinco anos para coordenar o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), implantando um plano desenvolvido

durante o trabalho de laboratório de cerâmica na Universidade do Paraná. A imensidão da área da costa que necessitava investigação – estendendo-se da foz do Amazonas até a fronteira do Uruguai – e a insuficiência de verba e pessoal tornou necessária a coordenação dos esforços. O programa de pesquisas partiu da hipótese que o litoral e os maiores rios foram as rotas de movimento de populações e ideias. Assim, nos Estados onde havia arqueólogos residentes, setores ao longo dessas rotas foram escolhidos para o desenvolvimento de pesquisas intensivas. Cada Estado foi dividido em áreas com o propósito de padronizar a numeração e cadastramento dos sítios. Todos eles, abrangendo desde o Período Pré-Cerâmico ao Neo-Brasileiro, foram registrados e mapeados, tendo sido feitas coleções de superfície e, onde possível, testados por meio de cortes estratigráficos. A cerâmica foi classificada utilizando-se critérios uniformes e descritas a partir de terminologia padronizada (Chmyz, 1967). Durante as reuniões que se realizaram ao final do 1º, 3º e 5º anos, os arqueólogos apresentaram e discutiram os dados em detalhes. Já que não era possível a obtenção de verba a longo prazo, os participantes eram obrigados a conduzir o trabalho de campo, analisar o material e preparar relatórios para publicar durante cada ano como requisito para solicitar apoio contínuo, além de ensinar e cumprir outras obrigações nas instituições brasileiras das quais recebiam seus salários.

Esses anos foram exaustivos, mas estimulantes para nós assim como para os 11 arqueólogos brasileiros que fizeram um trabalho pioneiro em mais de 1.500 sítios que foram investigados no Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Guanabara, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os sítios cerâmicos foram agrupados em fases e tradições, dezenas de sequências seriadas forneceram cronologias relativas, e algumas datações de Carbono 14 permitiram direcionar suas sequências. Quando a reunião final do PRONAPA foi realizada em Washington em 1973, já haviam sido estabelecidos os princípios cronológicos e culturais da ocupação da faixa costeira, o que permitiu interpretações preliminares sobre o curso e o processo de desenvolvimento cultural desde os assentamentos mais antigos até o século XVIII (PRONAPA – 1967, 1969a, 1969b, 1971, 1974: Simões – 1972).

Simultaneamente, um programa intensivo usando métodos similares foi iniciado no Rio Grande do Sul sob a coordenação de Pedro I. Schmitz, (Schimitz, 1967). Em 1967, os primeiros de vários simpósios com pesquisadores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, foram realizados no Instituto Anchieta de Pesquisas. No mesmo ano, o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul estabeleceu-se em Taquara, apoiado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Mais ou menos na mesma época, vários arqueólogos foram integrados à Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal de Minas Gerais.

Durante o início da década de 70, dois importantes programas envolvendo coparticipação de franceses e brasileiros foram dirigidos para o estudo de grutas. O trabalho de campo na região de Lagoa Santa foi organizado por Laming e realizado em 1971 e 1973 (Laming – Emperaire et al, 1975). Um estudo a longo prazo enfatizando a arte rupestre e seu contexto está sendo desenvolvido desde 1973 no Piauí, Nordeste do país, por Niède Guidon (1975), sob o apoio do CNRS (França) e do Museu Paulista (Brasil).

O Instituto de Arqueologia Brasileira incrementou suas atividades científicas em 1974 com a criação do Centro de Pesquisas Arqueológicas, com sede numa casa colonial restaurada – Casa do Capão do Bispo – nos subúrbios do Rio de Janeiro, em convênio com o Governo do Estado. Por volta de 1984, seu “staff” havia crescido para 14 profissionais, oito estudantes e três consultores. Os dois primeiros volumes de uma série de Monografias foram publicados no mesmo ano, e o Boletim foi reeditado após um intervalo de pouco mais de uma década. Entre os programas de pesquisa de longa duração, podemos citar o trabalho de escavações intensivas realizadas em sítios da Tradição Itaipu, ao longo da costa do Rio de Janeiro, que apresentam restos de subsistência e uma grande amostra de esqueletos, assim como artefatos permitindo reconstituição de uma adaptação de subsistência especializada durante os milênios antes da era cristã. Outro programa de longa duração vem sendo realizado no Vale do São Francisco em Minas Gerais. Desde 1977, a equipe do IAB tem também colaborado com equipes do Museu Goeldi, Universidade Federal do Espírito Santo, e Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto de Rondônia no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA). Sistematizado após o

PRONAPA e incorporando vários dos mesmos pesquisadores, este programa tem registrado e feito amostras de centenas de sítios na Amazônia, incluindo levantamento de cursos inteiros do Madeira e Guaporé, seções do Juruá e Alto Purus, o médio Xingu e Tapajós, baixo e médio rio Negro, a margem esquerda do baixo Amazonas, e partes do Acre e Mato Grosso (Simões e Araújo Costa, 1978; Simões, 1983).

Outro programa de pesquisa intensivo está sendo desenvolvido no sul de Goiás através da colaboração de arqueólogos do Instituto Anchieta de Pesquisas do Rio Grande do Sul e da Universidade Católica de Goiás. Vários abrigos têm sido escavados, atestando a presença humana em 11.000 anos antes do presente. Na parte final da sequência, têm sido feitas tentativas de correlações entre duas tradições cerâmicas e as duas maiores divisões da família linguística Gê (Schmitz et al 1982), tendo sido também observadas grandes diferenças culturais e de subsistência, parecendo refletir mudanças climáticas e uma diversidade ecológica.

Outro avanço importante durante a década passada foi a implantação da Lei Federal determinando a realização de salvamento arqueológico nas regiões afetadas por construções de represas, exploração de depósitos minerais e outros tipos de atividades. O primeiro grande projeto foi um salvamento de grande sucesso na parte brasileira da represa de Itaipu no rio Paraná, coordenado por Igor Chmyz. As descrições detalhadas dos sítios e artefatos foram publicadas em sete volumes (Chmyz, 1976 – 1983). Projetos similares foram realizados e concluídos, alguns estão em andamento e outros estão sendo planejados por todo o país.

Em 1980, a Arqueologia Brasileira, chegou à maturidade com a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Em 1982, tinha mais de 100 membros representando mais de 20 instituições. As reuniões realizadas em 1981 no Rio de Janeiro e em 1983, em Belo Horizonte tiveram a participação de profissionais e estudantes de todas as partes do país. Em termos de formação acadêmica, somente a Universidade de São Paulo oferece graus de Mestrado e Doutorado em Antropologia, duas outras instituições (Universidade Federal de Pernambuco e a PUC/RS) oferecem grau de Mestrado em História da Cultura, que inclui a cadeira de Pré-História (Schmitz, 1983).* Ampliar oportunidades de treinamento acadêmico é um desafio que

deve ser concretizado a fim de se formar o pessoal necessário para conduzir os programas de salvamento assim como realizar outras investigações para preencher as lacunas do nosso conhecimento sobre o desenvolvimento cultural durante os tempos pré-europeus. A dedicação e perseverança que caracterizaram os esforços durante os 50 anos passados torna possível prever que os obstáculos serão superados e contribuições significativas ao método, teoria e ao conhecimento arqueológico serão feitas por arqueólogos brasileiros nos anos que estão por vir.

** No Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS) estão também incluídas matérias de Arqueologia – Métodos e Técnicas de Pesquisas.*